



[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE LAGOA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 2/2023-----

-----1.ª Sessão Extraordinária de 2023-----

-----01 de março de 2023-----

----- Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária. -----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
António Neves Nobre	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
António Miguel Bicas Guerreiro	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
João Pedro Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista

Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Elsa Vieira Mendes	Partido Socialista
Casimiro Luz Caetano	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Anabela Simão Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou as boas-vindas à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 01 de março de 2023, que decorreu no Auditório Carlos do Carmo em Lagoa. Cumprimentou a senhora Vice-Presidente da Câmara, em representação do senhor Presidente da Câmara que justificou a sua ausência naquela sessão, bem como as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, as senhoras e senhores Jornalistas, cidadãos presentes na sessão e que assistiam à transmissão em direto da sessão através do YouTube e do Facebook do município de Lagoa, bem como na plataforma Lagoa TV. Saudou também os técnicos e demais colaboradores do município que os assistiam tecnicamente, dando apoio na sessão, assegurando as necessárias condições técnicas e de funcionamento da Assembleia, bem como garantindo a sua transmissão em direto e a quem encarecidamente agradeceu. Em seguida, fez-se as advertências gerais, recomendando-se que se desligassem os telemóveis ou

que fossem colocados em modo de silêncio, por forma a não interferir no normal funcionamento da sessão nem na sua transmissão em direto. Também a advertência de que a sessão seria gravada em suporte vídeo e áudio, destinando-se a gravação à elaboração da ata da sessão. A sessão seria transmitida em direto através do canal do YouTube e da página oficial do município de Lagoa no Facebook, bem como no site da Lagoa TV, como referido anteriormente. Os cidadãos participantes da sessão, que não tivessem feito a sua inscrição através do formulário online, disponibilizado no sítio do município de Lagoa, deveriam no início da sua alocução autorizar a Assembleia Municipal a gravar a sua intervenção em suporte áudio e vídeo, bem como autorizar o respetivo registo de imagem e som para efeitos de transmissão em streaming e ulterior divulgação nas plataformas eletrónicas ou quaisquer outros suportes de comunicação. Informou-se não ser permitido o registo de som ou imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia Municipal, com exceção, naturalmente, para os Órgãos de Comunicação Social. Feitas aquelas advertências, declarou-se aberta a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 01 de março de 2023. -----

I - Período de Intervenção dos Cidadãos; -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que, até ao fecho dos serviços da Assembleia Municipal, não deram entrada na Mesa da Assembleia Municipal qualquer inscrição de cidadão, quer através da plataforma da inscrição online, no sítio do município de Lagoa, nem através de telefone ou e-mail. -----

II - Período da Ordem do Dia: -----

• **Substituição de Deputados Municipais e Vereadores; -----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou ter dado entrada na Mesa da Assembleia Municipal os seguintes pedidos de substituição: do senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro, que foi substituído pela senhora Deputada Municipal Sónia Cristina Afonso Silva, da senhora Deputada Municipal Carla Isabel de Jesus Serol, que foi substituída pelo senhor Deputado Municipal António José Cabrita Neves Nobre, da senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão, que foi substituída pela senhora Deputada Municipal Catarina Mendes que, por sua vez, pediu a substituição sendo substituída pelo senhor Deputado Municipal António Miguel Bicas Guerreiro, o senhor Deputado Municipal João Nascimento Cabrita foi substituído pela senhora Deputada Municipal Maria da Conceição Santos Pedro que, por seu turno, pediu a sua substituição, sendo substituída pelo senhor Deputado Municipal Casimiro da Luz Caetano, a quem saudou, uma vez que se tratava da sua primeira intervenção no presente mandato da Assembleia Municipal. Também fez saber da entrada do pedido de substituição do senhor Vereador Francisco José Malveiro Martins, que foi substituído pelo senhor Vereador substituto Nuno Dinis da Encarnação Amorim que, por sua vez, apresentou pedido de substituição tendo sido substituído pela senhora Vereadora substituta Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho. Por fim, informou naturalmente, que o senhor Presidente da Câmara também justificou a sua ausência na sessão por compromissos previamente assumidos no âmbito das suas funções. -----

• **Aprovação das Atas de Sessões anteriores;** -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, iniciou o processo de aprovação da ata n.º 10/2022, da Sessão Extraordinária de 27/07/2022 e, não se tendo registado qualquer reparado, a ata foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, procedeu-se à apreciação da ata n.º 14/2022, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2022 e foi concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal Casimiro Luz Caetano. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Casimiro Luz Caetano** declarou haver uma referência a uma declaração de voto do Bloco de Esquerda em que figura o nome João Cabrita, tendo que haver uma retificação porque foi o Bloco de Esquerda que fez a declaração de voto e não a CDU. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou que iria ser feita a retificação na página 41 no sentido de que quem apresentou a declaração de voto foi o senhor Deputado Municipal Jorge Ramos e não o senhor Deputado Municipal João Cabrita da CDU. Na ausência de mais reparos, seguiu-se a votação da ata com a retificação anunciada, tendo sido aprovada por unanimidade.

-----Em seguida, informou-se que, em 23 de fevereiro foi aditada à Ordem do Dia o Sexto Ponto com a seguinte redação: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projeto de Alteração do Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para Famílias Carentes, ao abrigo do disposto na al. g), do nº1, do artº 25º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. Toda a documentação pertinente daquele Ponto da Ordem do Dia foi publicada na data do Edital do aditamento na área reservada aos membros da Assembleia Municipal, no sítio do município de Lagoa. Consequentemente, aquele Ponto integraria o Sexto Ponto da Ordem do Dia. -----

1.º Ponto - Apreciação das Declarações previstas no artº 15º, nºs 1 e 2 al. c) da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro; -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições para uso da palavra naquele Ponto, sendo as declarações legalmente previstas e que são levadas à Assembleia como era do conhecimento dos senhores Deputados Municipais. Foi concedida a palavra à senhora Vice-Presidente para prestar algum esclarecimento. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** cumprimentou os presentes e solicitou permissão para se referir aos dois documentos, por serem ambos necessários para o apuramento do saldo de gerência que depois irá para a revisão orçamental. Também era importante referir e prestar os devidos esclarecimentos que, em relação aos compromissos existentes em que referiram que têm nas pessoas coletivas com pagamentos em atraso e isso tem um fator muito específico que tem a ver com o Centro de Congressos do Arade, onde têm algumas situações que a segurança não era encontrada e estão em negociação com a própria empresa para resolver essa questão.

Depois, em relação aos recebimentos em atraso, aparecia muito valor em pessoas individuais e coletivas, mas isso tem a ver com uma questão muito simples e que era a das dívidas de água, pois como todos tiveram conhecimento, no âmbito da pandemia Covid-19, houve uma legislação nacional em Estado de calamidade, em que o Estado permitiu que houvesse no estado de emergência e que houvesse um congelamento de cortes, inclusivamente, em relação aos pagamentos de água. A partir do momento em que houve a possibilidade de fazer os cortes surge a dívida da água, mas também os planos de pagamento, ou seja, atualmente, as coisas estão praticamente quase todas regularizadas, mas estão em planos de pagamento. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo observado mais inscrições prosseguiu-se a Ordem do Dia. ----

2.º Ponto - Apreciação da Demonstração do Desempenho Orçamental do período findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 81º do Orçamento de Estado para o ano de 2023, aprovado pela Lei nº 24-D/2022 de 30 de dezembro; -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para o uso da palavra naquele Ponto e não se registou qualquer intervenção. -----

3.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, previsto na al. a) nº1 do artº 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, para a apresentação da proposta, deu o uso da palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** explicou que faria o enquadramento da parte da receita e despesa e depois diria o que está reforçado e as novas obras previstas. No âmbito do aumento da receita, irão integrar o saldo de gerência, os 18 348 296,61€ mas também irão integrar nessa receita os ajustes que são feitos, porque o orçamento é previsto para 2022 e tem os números de 2022 e conseguiram fazer os acertos de 2023, nomeadamente as transferências correntes, 221 194,00€ e nas transferências de capital a novidade que era já o financiamento do próprio IHRU para a construção dos sete fogos da Rua São Sebastião Trindade Pinto. Também estava vertida a venda de bens e serviços de 150 000,00€ e, com isso, ficam com um aumento de receita na ordem dos 19 408 552,72€. No lado da despesa importava dizer que vão para os anos seguintes, estando a falar do plano plurianual, também das atividades relevantes e só ali estão cerca de 17 760 570,00€ o que corresponde ainda também àquilo de que iriam mais tarde falar no ponto seguinte e que tem a ver com o mapa pessoal, só aí prevendo uma despesa de 1 411 006,80€, ou seja, estavam a falar mais de um milhão e meio de euros para reforço de pessoal. E, naturalmente, que a revisão orçamental vem daquilo que já referiram em relação ao orçamento que é espelhar as políticas e o pensamento com os dois desígnios que são essenciais, que é a

4

água e em relação às perdas com a própria eficiência e também para dar um futuro, porque viram pelo próprio estudo da gestão das infraestruturas que existe uma necessidade feroz de fazerem um investimento nessa área. Aliás, foi esse sempre o pensamento e, por outro lado, também com a habitação que ficam desde logo espelhados. Mas, naturalmente, muitas outras rubricas são reforçadas. Nomeadamente só para IPSS e para apoiar projetos a nível social na ordem de 1 200 000,00€, ou seja, muito valor que só era possível com aquela revisão e daí a sua necessidade de ser também tão rápida, porque sabem o que se está a passar com a diferença que existe, a inflação tem sido muito elevada, embora na véspera se falasse num decréscimo, mas esse não chega porque os aumentos dos bens essenciais continuam sempre a subir, estando na ordem dos 30 e 20%. Em relação ao reforço de verbas, têm na renovação do doutor Alagoa Poço Partido, o parque verde, o parque urbano em Lagoa, a instalação do sistema de iluminação Campos Vizinho da Costa, a reabilitação das antigas instalações dos amigos da Lagoa, o pavilhão no caso, a zona desportiva das Alagoas brancas, o Skate Park municipal, a reabilitação do polidesportivo da Escola Básica Jacinto Correia, a requalificação das antigas instalações da Mitsubishi, a torre publicitária (esta nova), as participações para a Santa Casa da Misericórdia com resposta no Centro de Dia e serviço de apoio domiciliário, a renovação da condutora Cerca da Lapa Sesmarias, também ocorreu a renovação das condutas, Cerca da Lapa, Moinhos e Vale do Milho, construção do parque infantil e jardim da Contemplação, construção do parque de estacionamento de Carvoeiro, a requalificação do Jardim D. João II na Mexilhoeira, o parque urbano do Parchal, o parque urbano da Bela Vista Palm Trek e a requalificação da Rua direita. Referia-se, naqueles casos, a reforço de verba. Relativamente às novas obras que estão previstas, e muitas delas provêm no âmbito do próprio PRR, como a requalificação da Escola Secundária da Espamol, do edifício do SEFA, em relação às acessibilidades, do edifício do SEFA também uma sala de competências genéricas, estando a falar para a instalação do novo Tribunal de Competência Genérica, a remodelação do pavilhão do serviço de águas, o picadeiro municipal da parte da feira e exposição, a própria ampliação do secretariado e, naturalmente, a requalificação da baixa de Estômbar, a aquisição de uma loja em Ferragudo que se destina, essencialmente para a instalação do pólo da extensão do Centro de Saúde de Lagoa, pois todos conhecem as dificuldades que as pessoas têm em aceder, mesmo as próprias ambulâncias, muitas vezes já com quedas e depois já não só pela doença mas também pelo problema, infelizmente, do acesso às pessoas e, naturalmente, as aquisições de peças escultóricas, quer de Ferragudo, que de Porches. Fez ainda uma nota muito importante referente à aquisição no ano anterior do centro náutico na zona da boca do Rio e irão proceder à requalificação da piscina, bem como do armazém. Também, e fruto do próprio PRR, e para terem a certeza do avanço da obra, e que ainda estava em lançamento do concurso, no presente ano será lançado o concurso para a construção do Lar e ERPI, serviço de apoio domiciliário, para a ADR Quinta de São Pedro. Além disso, ainda foi introduzido a possibilidade da reabilitação do telhado da extensão do Centro de Saúde do Parchal, ou seja, os problemas que têm sido referidos, há muito que referiram e fizeram questão de transmitir que, na transferência de competências, no domínio da saúde, tinham conhecimento de que no dia em que as recebessem, todas as maleitas que existiam naqueles edifícios que caberia depois ao município a sua reparação que tem custos e, felizmente, há fundos através do PRR, ainda há fundos no âmbito do CRESCE Algarve, eventualmente, ou no 2030, havendo, portanto, ainda algumas formas de ir buscar alguns valores. Falava do pólo quer de Porches, quer de Estômbar, ou seja, na extensão dos Centros de Saúde daquelas áreas poder também requalificar os edifícios, essencialmente a parte térmica

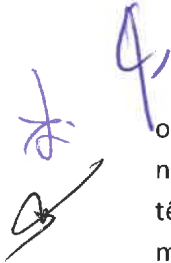
para evitar o frio e o calor, estando a falar de substituição de vidros e telhados e outras situações, bem como a possibilidade de ter as salas que são destinadas aos sujos, aos resíduos hospitalares, das condições, porque as pessoas quando no âmbito do COVID-19 se percebeu realmente as necessidades dos balneários, porque o pessoal não tem balneários, atualmente e, isso era essencial para que possam assegurar o atendimento, quer em proteção quer para a comunidade, quer para os próprios profissionais de saúde. Estavam a trabalhar também na falta de casas de banho para as pessoas com mobilidade reduzida e, naturalmente, uma das coisas que há muito ambicionavam e que foi possível no ano anterior, adquiriram o Centro de Congressos do Arade e no presente ano irão começar as limpezas dos escombros, fazer um levantamento da, infelizmente, destruição que foi lá deixada em termos de violência gratuita, pois foi uma atrocidade aquilo que fizeram naquele naquele espaço e depois do levantamento irão avançar com um concurso para a reparação do edifício.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a apresentação e abriu as inscrições para o uso da palavra por parte dos senhores Deputados Municipais. Consequentemente, foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentando os presentes e questionou quanto ao local da loja de Ferragudo e sobre o telhado da extensão do Parchal, para o qual estavam destinados 50 000,00€ e quis saber se seria só para o telhado ou se também se seria contemplada as pinturas exterior e interior do edifício. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** cumprimentou os presentes, pediu desculpa pelo seu ligeiro atraso e declarou que a posição que o Grupo Municipal do PSD iria tomar já devia ter sido percebida pela votação do Vereador do PSD na Câmara Municipal, sendo que a posição em relação ao Orçamento também era a posição e segue a linha da declaração de voto apresentada na Câmara Municipal pelo Vereador do PSD. Referiu algumas preocupações que não podiam deixar de ter e das quais deixavam nota, começando por deixar muito claro que o voto em abstenção seria um voto de benefício de dúvida em face daquilo que era aquele instrumento, um orçamento e, portanto, era um programa de execução. Como haviam dito em relação ao orçamento que agora se revê, era evidente que a bancada do PSD de Lagoa se revê em muitas das obras que ali estavam e em muitas das apostas que dali resultam e, em coerência, e porque não estava ali para ser do contra, por ser do contra, e revendo-se em muito do que é essencial, subscrevendo algumas das opções, era evidente que têm que dar esse benefício da dúvida. Mas apontou dois ou três aspetos, sendo um deles o histórico que têm dos orçamentos anteriores e os graus de execução que os orçamentos têm tido, pelo que esperavam que não fosse para seguir na mesma linha. Sabiam que em relação a algumas obras há dificuldades em lançá-las por causa das adjudicações, por causa dos próprios concursos, de não haver concorrentes, mas também já viram que há obras que têm-se concretizado pelo que, caso os cadernos sejam bem feitos, se os valores



orçamentados e postos a concurso forem os adequados ao momento em que se encontram, e não a algo que alguém a dada altura pensou, se calhar as obras acontecem mesmo e as obras têm que acontecer. O município não pode ficar feliz só porque tem dinheiro, porque os municípios, como todas as entidades públicas, não existem para ter dinheiro, mas sim para fazer coisas em prol das pessoas. E para que tal aconteça, não se tira dinheiro às pessoas, mas sim dá-se dinheiro e investe-se dinheiro para as pessoas. Frisou, assim, que teria que haver obra, teria que haver execução, não forçosamente obra megalómana, mas sim execução e concretização, porque senão é um duplo engano, pois não só não se faz, como se enganou as pessoas porque se disse que se ia fazer. Terá, pois, que haver uma execução efetiva e o orçamento quando contempla uma obra tem que ser para a realizar, quando contempla um programa, tem que ser para o executar. Isso levava-o à segunda dúvida e que se prende com o entra e sai de obras do orçamento. A que entra agora da Mexilhoeira já se tinha percebido que tinha sido um engano ter saído e, portanto, era óbvio que essa entrasse e ainda bem que assim foi. Voltou a entrar o picadeiro que já teve, que já saiu, independentemente da bondade que se possa achar à obra, independentemente da prioridade que a obra possa ter ou não, ou é para fazer ou não é para fazer, e não fazia sentido obras entrarem em orçamento e dizer que afinal não se fez, sai, porque agora não é prioritário, agora há dinheiro, volta a ser prioritário, já se percebeu que depois não é para fazer, porque se uma obra for para fazer fica lá para mostrar às pessoas que é para executar. E, portanto, aquela e outras que têm entrado e saído, como a requalificação da Rua Ernesto Cabrita, que foi prioridade, deixou de existir, desapareceu e a verdade é que teve custos, porque houve projetos que foram feitos e que se não é para fazer depois são inutilidades e aí não é boa execução. Esperavam, pois, que as obras que entram para ser feitas, porque se entende que devem ser feitas e se a seguir se faz um juízo que afinal não vale a pena, devem então sair, e não entrar e sair, e isso era algo que também não podiam deixar de dar nota. Depois, uma terceira preocupação com algumas dotações orçamentais que lhes parecem pouco substanciais para aquilo que são obras importantes, e todos sabem ao qual que se estava a referir, que são obras importantes da estratégia que o PSD considera que é essencial para em termos de obras requalificar pontos chave da função municipal, e que ou se fazem também ou não se fazem. Sabe-se que há um programa plurianual, mas as coisas têm que ser, efetivamente, para concretizar e a forma de se perceber que são para concretizar é, elas terem de uma vez por todas, continuidade e arranque e início da execução. Deixou ainda uma nota pessoal dizendo que tem sido das pessoas que insiste e que se bate por achar que são obras prioritárias, que são os estacionamento nas zonas turísticas do concelho e sabe-se o ponto em que está, pois o PSD teve a oportunidade de ir ao local e constataram que ainda não está, sendo uma obra prioritária e importante, era sabido que houve vicissitudes, mas a vontade tinha que ser o vetor determinante. Depois, no Carvoeiro, não valia a pena falar no Siloauto de Carvoeiro para ver se ele acontece, porque só por falar ele não vai acontecer, ou ele começa a ter concretização de uma vez por todas ou nunca mais se avança, efetivamente. Revêem-se na preocupação e no apoio aos lagoenses, às associações e às IPSS enquanto veículo e às dotações orçamentais nessa medida. Percebem, sabem e subscrevem que a habitação é uma preocupação, ainda que não subscrevam todas as opções e os caminhos trilhados, mas também ali, de uma vez por todas, as coisas tinham que acontecer e não bastava dar uma entrevista, fazer um discurso, fazer uma menção a dizer que se vai fazer 100 casas, 200 casas, 300 casas se realidade é zero e os números não os levam a lado nenhum. Para concluir, declarou que se iriam abster, dando ali por reproduzida a declaração de voto apresentada na Câmara Municipal assumindo que gostariam,

querem e esperam que aquele orçamento, que resultará daquela aprovação, seja um orçamento para ser executado em grande medida e para ter efetividade, caso contrário ali estarão para o julgar e para dizer e para, de uma vez por todas, assumir que o benefício da dúvida tem um prazo de validade. Mas chega a um ponto onde já não subsiste, porque já não pode haver dúvidas e passa a haver certezas de incapacidade de execução e esperam, sinceramente, no interesse de todos e sobretudo dos lagoenses, que não seja esse o caso. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** cumprimentou os presentes e declarou que a bancada do Partido Socialista, da mesma forma como a bancada do PSD, que tem como ponto principal a declaração de voto apresentada pelo vereador do PSD na Câmara e que se baseia na mesma tomada de posição, assim como, da mesma forma, também a bancada do Partido Socialista concorda com a proposta, pelas linhas de orientação que o Partido Socialista sempre tem apresentado. Fê-lo no orçamento e de outra forma não poderia ser, naquela primeira revisão orçamental. Ou seja, mal seria se essas linhas de orientação não fossem traduzidas na proposta. Depois, acrescentou que não se falou em mais do que obras na última intervenção, havendo um foco enorme que o PSD tem pelas obras, sempre que se fale quer em orçamentos, quer em revisões vinham as obras a discussão, tendo sido já explicado várias vezes o conteúdo e dos procedimentos, as dificuldades que existem e, numa fase inicial, as pessoas parece que percebem. Aliás até era de pasmar como foi possível... o Pavilhão do Arade ter sido adquirido há bem pouco tempo, os processos de aquisição são complexos, as obras são complexas e questionou como era possível alguém querer que as obras do Pavilhão do Arade já tivessem começado. O que havia que perceber é que não é só da mesma forma que o senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita diz que as obras têm que ser executadas, e não só dar uma entrevista a dizer que elas vão começar, mas também havia que respeitar os timings, os processos e a legislação em vigor. Tal parecia que não era visto da mesma forma, quer pela vereação, pelo Vereador que está na Câmara, ou pela bancada do PSD. Disse ainda não haver nada de novo, realmente era qualquer coisa de anormal, porque não havia nada de novo, e depois admite-se que há obras novas, mas acaba-se por não perceber exatamente. Não tinham que falar sobre as declarações de voto que são apresentadas na Câmara, mas dado que a bancada do PSD se revê totalmente na mesma, o PS tem que rebatê-la é muito natural que assim fosse. Relativamente ao arrendamento jovem de que também tanto se fala é natural que qualquer proposta que tenha da oposição nunca é a favor, pois não é a oposição que propõe, não é a oposição que a produz, pelo que é natural que haja alguns reparos e algumas críticas, mas mal seria se não houvesse posição, se não houvesse proposta, ela existe e Partido Socialista fá-lo. Concluiu dizendo que os 19 milhões de euros eram, realmente, uma exceção e não sabia dizer quando é que eventualmente voltaria a acontecer, mas considerava que se deveriam dar por satisfeitos disso ter acontecido.-----


-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho cumprimentando os presentes e declarando que a posição do Movimento Lagoa Primeiro seria igual à votação na Câmara, ou seja, votariam favoravelmente o documento ali presente. No entanto, quis deixar algumas notas. A primeira nota prévia ao documento apresentado, pois no ano de 2022 foi aprovada a terceira revisão orçamental que contemplava um conjunto de verbas, entre elas uma subida considerável de apoio às IPSS e ao trabalho social e o que é certo é que foi aprovado uma verba, havia um argumento fortíssimo na altura que era a subida dos custos da inflação, dos custos da alimentação, da energia e o que é certo é que a verba que foi aprovada em reforço ficou cativa, ficou lá, não foi efetivamente para as IPSS, que não viram reforçadas as verbas de apoio no final do ano 2022, o que foi bastante doloroso. Efetivamente, não viram repercutidos esses apoios e esse reforço de verba aprovado em setembro. O que o levava a uma questão fundamental e de fundo relativamente às revisões orçamentais, pois parece-lhe que se fazem revisões orçamentais e que, grosso modo, parece uma cativação de verba que lá fica, porque depois as verbas não são efetivamente concretizadas e isso parecia-lhe um mau princípio, pois se são aprovadas revisões orçamentais, se se reforçam verbas, efetivamente, tem que haver a sua concretização. E considera que isso é um pecado muito grande de execução na Câmara Municipal e considerava que a observação que o Deputado Municipal Joaquim Cabrita fez tinha alguma relevância, pois entram e saem verbas ou rubricas, saem e entram projetos e depois a explicação plausível para as coisas é diminuta. Pensava que isso tinha que acabar, porque continua a acreditar na boa fé de que, efetivamente, há problemas que justifiquem as coisas, mas tinha que haver uma explicação cabal para que pudessem entender, porque aprovar revisões orçamentais ao plano e orçamentos e depois não se concretizarem as obras, ou serem retiradas a seguir e depois voltam a entrar, sem uma explicação plausível, não dava credibilidade nem a quem propõe, nem a quem está a discutir, a aprovar e a votar e isso tinha que acabar. Em segundo lugar, referiu terem um município com uma situação financeira que era extremamente confortável e que permite lançar mão de um conjunto de obras e de soluções para o concelho que são determinantes, nomeadamente, a rede de abastecimento de águas e de saneamento. De uma vez por todas, têm que se elevar a um patamar maior, o município está carenciado de resolver um conjunto de problemas de abastecimento de água e de saneamento, precisam de dar qualidade ao município, estão atrasados nessa resposta, o município está atrasado para resolver esse conjunto de problemas. Outra questão que levantou foi a de terem um concelho razoavelmente coberto de equipamentos sociais e desportivos, sendo um concelho que há muito investe nessa área, criou equipamentos e os tem vindo a reforçar, no entanto, em algumas áreas falta um equipamento de qualidade, de excelência. Pensa que o município tem que se afirmar também pela excelência e, por exemplo, ter um Pavilhão como o Jacinto Correia está atrasado, relativamente a essa qualidade de excelência que querem para o município, precisam de um pavilhão desportivo de outra dimensão, com outra relevância para a afirmação do concelho. Esse problema tinha que ser tratado, o mesmo aplicando-se relativamente ao Centro de Congressos do Arade. Naquele dia iria haver uma revisão orçamental e a informação disponível para saber o que se vai fazer no Pavilhão do Arade era escassa e diminuta. E aquele Pavilhão pode marcar, efetivamente, um grau de qualidade no município de Lagoa de grande dimensão e já era, independentemente terem adquirido há pouco tempo, mas já há muito tempo que estão com aquele processo em mãos e já podiam ter aqui mais indicações daquilo que querem, para onde vão, o que irão fazer e, efetivamente, era diminuta a informação ali prestada. Quanto à revisão, havia um conjunto

de obras com o qual se identificam, pelo que têm mostrado a sua concordância relativamente ao plano e à revisão, ao plano e ao orçamento já aprovado e agora a revisão. Têm, portanto, uma identificação clara com essa matriz. Há duas áreas, tanto no plano de atividades e orçamento, porque este vai buscar à matriz do plano de atividades e orçamento que é relativamente à habitação em Porches, essa escolha urbana não merece a concordância da sua bancada. Outra questão com a qual não concordam era o Silo em Ferragudo. Desde o início que se encontra integrado, deixaram essas ressalvas, porque era uma oportunidade perdida aquilo que se está a fazer com o Silo, quando se podia ter feito habitação naquele espaço. Disseram-no desde a primeira hora, bateram-se contra essa ideia, era um investimento que daria para imensos fogos em Ferragudo e que é a maior necessidade, a habitação e não aquele Silo, sendo uma escolha errada. Na globalidade, porém, o plano de orçamento e a revisão mereciam a anuência, deixando a ressalva de haver as escolhas que nunca seriam feitas pelo seu Grupo. ---

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, em seguida, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita dizendo ser engraçado que, ouvindo as intervenções, estavam todos de acordo e deixou uma nota em relação à referência que foi feita pelo Deputado anterior quando se falou do Pavilhão do Arade, que era, de facto, algo muito importante para o concelho de Lagoa e tal como está não serve para rigorosamente nada, envergonha-os e confere a obrigação de ter que agir rapidamente. Pensava haver duas maneiras de encarar o Pavilhão do Arade, sendo que uma seria fazer uma recuperação rápida do que está, para ele ser mais ou menos o que já foi e poder pô-lo a funcionar, a outra seria elaborar um estudo e ver de que forma é que se pode rentabilizar melhor. Qualquer uma das duas será legítima e são importantes, são boas soluções e espantava-o que nenhuma das duas estivesse contemplada, nem mesmo uma verba para se estudar, o que significa que irão perder o presente ano a possibilidade de fazer isso. E não se poderia alegar que foi comprado anteontem, porque há um ano que se sabia que era para comprar e quando é para trabalhar, pode-se começar a fazê-lo, pois se se trabalhar depois de as coisas acontecerem, acontece aquilo que tem acontecido e perdem oportunidades e as coisas depois acabam por não se realizar. Portanto, era muito importante mais do que a crítica, pois ninguém fica satisfeito por nada ter sido feito, mas estão ali para exigir que se faça e, por isso, acha que estão todos de acordo em que querem que aquilo que são os equipamentos âncora do concelho, que os orgulham de ter e que podem potenciar, têm que aproveitá-los, assim como, também subscrevendo aquilo que o Deputado Municipal Diamantino disse em relação àqueles que não têm e que têm que ter, haver formas não megalómanas, mas formas eficazes e eficientes de ter e de estarem sempre na linha da frente, como pensava ser unânime reconhecer que estão há muito tempo, e têm sido desde a origem do concelho democrático que são conhecidos por ter essa inovação e essa capacidade de ver à frente e era isso que querem que continue, pelo que fez um apelo à Câmara para que encarasse o Pavilhão do Arade com a prioridade que ele justifica. Discordando um pouco na questão do estacionamento, também achava que sendo importante a da habitação, a do estacionamento não era menos, também de encararem, porque se querem ser a tal excelência e a tal qualidade e se querem ser destinos turísticos de excelência e de qualidade, começa por as pessoas terem onde arrumar os carros, seja em silos, seja ao ar



livre, seja onde for, mas deverão ter a capacidade de tomar essas soluções também, de uma vez por todas, tem que ser uma prioridade para os sítios turísticos.-----

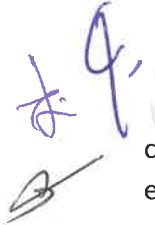
-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** referindo que, na realidade, as intervenções que o antecederam têm toda a razão e não discorda totalmente disso, mas a questão é que tem que ser feito com planeamento, porque já houve muitas obras no concelho que não tiveram o planeamento adequado e acreditava que o Pavilhão do Arade irá ter o planeamento adequado.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para resposta às questões colocadas. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** agradeceu as questões colocadas que considerou muito pertinentes, bem como a partilha de ideias, de pensamentos que acabam sempre por tocar naquilo que é prioridade e que são as pessoas. Esse trabalho foi desenvolvido, primeiro pela aquisição dos terrenos, o pensamento da diversificação em termos de investimento e começam, naturalmente, pela rua Sebastião Trindade onde irão construir os sete fogos. Esses próprios quando fizeram os projetos ainda não havia a exigência de eficiência A, ou seja, em termos térmicos, e isso levou à reformulação do próprio projeto e também a candidatura ao PRR. Há uma possibilidade, estando a falar de um financiamento a 100% e vem dar resposta àquilo que era no âmbito do regime da renda apoiada para habitação social. Alertou que há cerca de 80 agregados familiares que necessitam urgentemente de ter uma casa, seja no regime de renda apoiada, e estão a falar de mais os outros 36 fogos em Porches, num investimento de 4 300 000,00€, também em Lagoa mais 700 000,00€ e que têm financiamentos a 100%. E foi, precisamente, transmitida à Assembleia as dificuldades que existiram, a análise existente pela parte do IHRU, em que pensariam que era uma via verde, mas havia, efetivamente, burocracias que têm de ser ponderadas, verificadas e está a ser tudo muito bem esmiuçado como é que estão a ser investidos aqueles valores a nível do PRR, seja a nível central seja a nível regional e também terão que ter a nível local, como era natural. E quem falava nisso falava também na dificuldade que tiveram para a aquisição do terreno, junto ao depósito da água, também no ano transato, já quase no final do ano, quando houve a oportunidade de adquirir um espaço onde vão poder construir quase 60 a 70 fogos, dependendo das tipologias, e a custos controlados, dando uma oferta habitacional que vai responder às necessidades das pessoas. Todos os dias, praticamente, nos atendimentos o que pedem é uma casa a qual possam comprar a custos mais baixos ou que possam arrendar com custos mais baixos e esse era o dia-a-dia numa Câmara Municipal e acreditava que não fosse só em Lagoa, mas sim no Algarve inteiro, porque as rendas são muito elevadas e muitos, como era sabido, estão destinados ao alojamento local e retiram do mercado de arrendamento. É problemático, há muitas teorias que se poderiam levantar, mas ao município cabe um investimento e esse investimento tem sido feito, também com a aquisição de um terreno na Bela Vista, têm na Mexilhoeira e irão continuar a apostar no sentido de

adquirir casas que possam pôr na renda acessível. Não se referia a habitação social, mas premiar os jovens e as pessoas que, realmente, são isoladas porque, infelizmente, isso acontece. Naquele dia tinha tido uma situação muito complicada onde determinadas pessoas, senhorios, nem sequer vão ao Tribunal para proceder ao despejo das famílias, das pessoas mais velhas e acabam ficando na rua, muitas vezes, situações às quais o município tem que responder, não só porque já têm também as competências no domínio da ação social, através da descentralização, essa transferência de competências traz, efetivamente, ainda mais responsabilidade a nível social. Também fizeram questão de colocar em cima da mesa, porque o Algarve, com a escassez de água existente, com a problemática que existe, no Sotavento há níveis aceitáveis para que possam continuar a trabalhar, mas a verdade é que no Barlavento estavam muito mal, com a barragem da bravura que ainda continua a 12%, o que era assustador, o bem é essencial, a água é vida e a água tem que ser investido, mas esse investimento foi necessário ter o estudo que foi apresentado à Assembleia, no qual diz prioritariamente quais os investimentos de uma forma assertiva e era isso que estava a ser feito naquele orçamento. Em relação ao Pólo de saúde do Parchal, estavam a falar da extensão do Centro de Saúde do Pólo do Parchal é de uma reparação do telhado, não se tratando, de momento, de uma requalificação total. A nível da pintura interior, e respondendo ao Deputado Municipal Jorge Ramos, confirmou já ter sido feita e a exterior também irá ser feita, com a substituição do telhado, porque o que se pretende é que haja uma ampliação daquele equipamento. Atualmente, têm um estudo funcional que é a base para depois fazerem o projeto de arquitetura e especialidades. O estudo funcional que foi facultado pela ARS apenas estava previsto para um rés-do-chão, ou seja, sem o primeiro piso e era importante que possam ter respostas de longo prazo e mesmo de médio prazo, pois uma das coisas que gostariam é que fosse criado mais uma Unidade de Saúde Familiar uma vez que só existe uma de momento, e que fosse a segunda. Essa Unidade de Saúde Familiar, com uma diferenciação em termos de proximidade de atendimento, está a trabalhar só Lagoa e Porches e têm USP para os restantes. Sabem que esse modelo é um grande incentivo para os médicos, traz mais médicos para o concelho e era, realmente, uma aposta e tendo o primeiro piso terão essa resposta. Em relação a Ferragudo ainda estavam em negociações e aquilo que podia dizer é que antes de se fazer a aquisição, será um longo processo com a ARS, têm que ter o parecer da ARS e o parecer do ACES do Barlavento, ou seja, todas aquelas estruturas e ainda que queiram adquirir, não podem fazê-lo só porque têm vontade, pois tem que existir da parte da ARS a anuência de que as instalações têm condições para receber todos os gabinetes médicos, de enfermagem, a sala dos sujeitos hospitalares e todos têm uma série de requisitos. Quanto ao estacionamento de Ferragudo, o parque de estacionamento, no meio de atropelos que tiveram ou da infelicidade de terem sido encontradas as locas, tiveram um ganho no meio disso tudo e a parte da eficiência era muito importante, porque ganharam mais 114 lugares com uma reformulação em termos do próprio projeto, estando a falar-se de uma otimização de custos que era de 15512 por lugar, passando para 13358, ou seja, há coisas não tinham previsto, mas que também trouxeram mais valias. Assegurou que irão verificar que quando algo aconteça menos bom assumirão tudo, o bom e o mau, porque não têm receio, têm que ser transparentes, sinceros e dizer realmente como as coisas são, e essa transparência e proximidade de que necessitam uns com os outros e com a comunidade porque foi para isso que se candidataram e foi para isso que pensam em ajudar as pessoas de uma forma sincera. Referiu ainda em relação a uma questão que foi referenciada e que considerava deveras importante, era um dos seu pelouros, são todos importantes mas aquele tocava-lhe um bocadinho mais, porque trabalha


com ele diariamente e disse que no ano anterior, efetivamente, foi feito um reforço para as IPSS e fizeram, nessa altura, os protocolos no âmbito da Covid que foi até ao final do ano, que fechou-se praticamente todas as IPSS, mas também houve IPSS que chegaram junto do município e trouxeram precisamente a diferença existente em 2021-2022 do acréscimo de despesa, estando a falar de fornecimento de gás, de luz, de água sendo que nesta têm sido muito ponderados, sempre com estudos económicos por trás e naturalmente também tiveram os outros custos que foram associados, como os combustíveis e os bens alimentares. Portanto, levaram-nos, foram analisados e votados na Câmara Municipal. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais intervenções, informou se se procederia à votação do Terceiro Ponto, tendo sido aprovado com dezanove (19) votos a favor, dezasseis (16) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro e seis (6) abstenções, três (3) do PSD, uma (1) da CDU, uma (1) do Bloco de Esquerda e uma (1) do Chega. No que respeita a declarações de voto, o PSD deu por reproduzida a declaração de voto que apresentou na Câmara Municipal. Tendo sido concedida a palavra ao senhor Deputado Carlos Ramos para, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentar a declaração de voto daquele Grupo, o mesmo dispensou a sua leitura atendendo a que o essencial havia já sido dito. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto para apresentação da declaração de voto do Movimento Lagoa Primeiro. -----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** fez a seguinte declaração de voto: «A nossa posição já foi explicada pelo senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e a única coisa que eu posso acrescentar para explicação do nosso voto favorável é que ele representa a matriz e o contributo de quem, não se revendo integralmente nos documentos apresentados, acreditando que estes contributos que foram apresentados possam ter tradução em documentos posteriores e, portanto, o nosso voto é favorável.»-----

4.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Plano de Recrutamento para o ano de 2023, previsto na al. o) do nº1 do artº 25º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** explicou que, quando apresentaram o documento em relação ao orçamento daquele ano, foi referido que retiraram os 95 postos que estavam previstos, precisamente, para poderem na revisão orçamental trazer esses postos de trabalho que vêm responder a muitas das necessidades que têm pela transferência de competências e que são um acréscimo de trabalho muito grande e que, naturalmente, as pessoas por muito que queiram não conseguem responder atempadamente a tudo. Assim, traz esse reforço, mas também trazendo aos trabalhadores uma coisa importantíssima e que é a possibilidade da sua valorização profissional, ou seja, têm não só previsto a nível de novos postos de trabalho, desde a Saúde, Logística,

Manutenção, Smart City, Balcão Único, Balcão do Empreendedor, Turismo, Contencioso, Divisão Financeira, Divisão de Planeamento Estratégico, Divisão dos Serviços Públicos Essenciais, Jardins, Água e Saneamento, Limpeza, Museu, Atividades Culturais, Gestão escolar, do litoral sítio das Fontes, da Divisão do Ambiente, Obras Municipais, Ação Social, Juventude, Cedência de viaturas, Atividades Aquáticas, Serviços Desportivos, tratando-se de 130 novos postos de trabalho. Para além disso, têm previsto também os cargos dirigentes, em seis, e situações de mobilidade, que estão em 17 e esse era mais ou menos o quadro, que deixava à consideração da Assembleia. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abrindo as inscrições, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

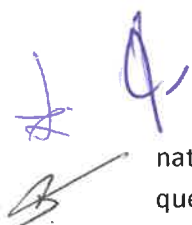
-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou que o Grupo Municipal do PSD também se iria abster, aliás como tem vindo também a adotar aquela posição em relação aos quadros de pessoal. Compreendia perfeitamente que tenha que, em função do acréscimo de funções e de responsabilidades, haver um acréscimo de pessoal mas, obviamente, não é ouvido e não tendo qualquer responsabilidade no desenho da conceção, não pode assumi-lo como seu e, por isso, abstém-se. Portanto, era essa a posição de voto que a bancada do Grupo do PSD iria assumir, não que não compreenda que tenha que haver um aumento, mas porque a montante não teve possibilidade de se pronunciar sobre se seria aquele ou outro desenho, se era aquele ou outro o percurso, pelo que a abstenção parece-lhes ser a posição natural perante essa situação.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, uma vez que não se registaram mais intervenções, procedeu-se à votação do Quarto Ponto tendo o mesmo sido aprovado com vinte (20) votos a favor, dezasseis (16) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) do Bloco de Esquerda, cinco (5) abstenções, três (3) do PSD, uma (1) do Chega e uma (1) da CDU.-----

5.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Normas de Utilização da Casa Mortuária de Ferragudo, nos termos da al. g) do nº1 do artº 25º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** explicou tratar-se das normas de utilização da Casa Mortuária aprovada naquela Assembleia a 26 de outubro do ano anterior, com a aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências para a gestão da casa Mortuária de Ferragudo. Esse contrato foi celebrado e já estava em vigor, mas importava a feitura de um regulamento que fosse gerir e dar normas de utilização de funcionamento das próprias instalações. Aquele assunto esteve em consulta pública, não houve participações, mas,

 naturalmente, estavam ao dispor daquilo que fosse necessário, eventualmente, esclarecer ou que possa ser melhorado. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e abriu as inscrições, passando, em seguida, a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** dizendo que se reviam no procedimento e pensavam que a pré definição de regras era a melhor forma de controlar e assegurar a responsabilidade e a qualidade da gestão, pelo que iriam votar a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e uma vez que não se observaram mais intervenções, avançou-se com o processo de votação do Quinto Ponto, que foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos.-----

6º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projeto de Alteração do Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para Famílias Carentiadas, ao abrigo do disposto na al. g), do nº1, do artº 25º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que na documentação que foi apresentada foi junta uma ata da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, que deu o seu contributo para a elaboração do documento final, bem como as alterações ao regulamento inicial e que estavam sublinhadas a amarelo. Tratava-se de uma questão para simplificação depois do processo para perceberem aquilo que foi alterado em relação à versão original do documento. Feito aquele esclarecimento, concedeu o uso da palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** referiu que aqueles regulamentos já eram conhecidos de todos os deputados e do conhecimento geral, tendo um objetivo muito específico de apoio ao arrendamento para famílias carentiadas, mas não sendo o município detentor das habitações, mas sim o privado, permitindo precisamente colmatar a dificuldade que existe no pagamento das próprias rendas. Encontrou dois lapsos, e seria natural se encontrassem outros e agradeceu que os indicassem como, por exemplo, o lapso no artigo 6.º n.º 2 em que está uma remissão para o g) e tem que ser para o h), da nova alinhagem em termos de numeração da Conferência de Líderes que tiveram, e no artigo 9.º n.º 4 também, por lapso, não estava a referência ao n.º 3. Poderia até ficar aquela redação, mas depois poderia levantar dúvidas. Mas caso encontrassem lapsos, agradeceu que lhe fizessem essa indicação. Por outro lado, em termos de alterações mais evidentes têm a ver com os conceitos, quer do apoio económico, quer da pessoa isolada, o implementar uma linguagem mais inclusiva que também foi feito nesse sentido, tendo sido possível trazer nesse regulamento aquela alteração. Um grande contributo da Conferência

de Líderes a quem agradeceu, pois foi realmente uma mudança em relação à atribuição do apoio ao arrendamento e em que era exigido que a pessoa tivesse residência no concelho há mais de três anos e foi reduzido para dois anos. Isso tinha a ver também com o pensamento que têm nos jovens e outras pessoas para que haja mobilidade em termos de trabalho e que permita acolher todas e todos. Por outro lado, também e de uma forma excecional, foi contabilizada em termos das despesas em relação ao agregado familiar, pensando nas despesas da saúde quando são, essencialmente, doenças crónicas, que não têm comparticipação, entre outras, e que permite abarcar um maior leque em termos de beneficiários. Por outro lado, também era uma novidade porque, infelizmente, há muitas pessoas isoladas e o novo conceito que aparece no regulamento, pois muitos deles são idosos e idosas que não querem morar com o filho, não querem dar trabalho, mas querem ter a sua independência e, muitas vezes, não conseguem fazer um arrendamento de uma fração T0 ou T1, mas é possível fazê-lo em quartos, ou seja, há a possibilidade de um alojamento em quartos e dar esse apoio. E, excecionalmente, levar a problemática que têm no Algarve, que é a dificuldade de casas com a tipologia adequada às famílias, não quer dizer que consigam, deixando bem claro que na situação da tipologia tem que haver exigência, mas também têm que ver, excecionalmente, que não se consegue um T4, não se consegue um T3, mas consegue-se um T2, e se for possível para responder a uma família e se o município pode apoiar, devem fazê-lo e esse era o entendimento da parte da Câmara de Lagoa. Por outro lado, havia uma questão relativa ao aumento dos apoios, uma vez que tinham um apoio até 250,00€ por mês, por cada renda, não quer dizer que chegasse a esse valor, mas era possível que chegasse até àquele valor, dependendo dos rendimentos. Atualmente, estão a prever até aos 480,00€, porque sabem que em Lagoa um T2 ronda os 800,00€ e 750,00€ e as tipologias mais elevadas chegam aos 1 000,00€. São valores muito avultados para uma família, ainda que os dois possam trabalhar, era muito complicado e conseguem com isso dar um fôlego à própria família, por poder também ela própria se autonomizar. Outra novidade que também era importante era o facto de terem a candidatura e quando se aprovava a atribuição do subsídio seria pelo período de 12 meses e que seria possível, excecionalmente, ser renovado por mais 12 meses. Atualmente, com o novo regulamento, era possível fazer os 24 meses e depois, excecionalmente, mais 12 meses, o que significa um período de transição de três anos em que a própria família pode criar a sua autonomia e poder, eventualmente, integrar e comprar a sua própria casa, dando ferramentas para que as famílias possam ter uma habitação, porque isso era essencial em termos de inclusão. O desenvolvimento da educação, o desenvolvimento social só era possível se as famílias tiverem uma habitação condigna. A outra novidade que foi colocada também no regulamento, é que atualmente, e sempre foi esse pensamento em 2015 e em 2009, a pessoa candidatava-se, tinha o benefício, entretanto acabavam os dois anos e depois a família naquele tempo autonomizou-se, correu bem mas, infelizmente, porque fechou um estabelecimento comercial, porque a família ficou sem emprego como é que se conseguiria apoiar e pensou-se na possibilidade de poder a família voltar-se a candidatar, o agregado, passados cinco anos. Tem que se fazer um estudo, verificar, analisar, porque isso tem que ser refletido e, de uma forma muito criteriosa, dar os apoios. Isso numa primeira vez após cinco anos e uma segunda vez após 10 anos, ou seja, têm o apoio, mas também deixam que a pessoa possa ter autonomia e até pode nunca mais necessitar daquele apoio, mas pode voltar a necessitar. Infelizmente, tiveram os períodos de 2008, 2011, 2012, os períodos no âmbito da pandemia e, atualmente, no período da guerra e percebem que aquela será uma forma de responder às famílias. Por outro lado, foi introduzido algo que pensava ser da maior justiça e

que ao ser atribuído ao agregado familiar, quem o compõe, muitas vezes têm crianças e jovens com menos de 18 anos e essa família um dia pretende criar, autonomizar-se, casar, ter filhos e ficava toda a vida sempre sem poder voltar a beneficiar do apoio ao arrendamento e isso vai permitir que aquela família conte como se fosse uma primeira vez, ou seja, o menor que constitui a sua nova família pode ter um benefício total de apoio ao arrendamento em todas as modalidades.-----

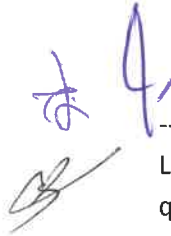
-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e clarificou as retificações ao documento a ser votado, nomeadamente o artigo 6.º n.º 2 alínea g), que reporta à alínea h) e o artigo 9.º n.º 4 que remete para o mesmo artigo para o n.º 1 e 2, deverá ser os números anteriores, portanto, contempla o número 1, 2 e 3. A retificação em relação ao artigo 6.º é um erro remissivo, material que está remetido para a alínea g) e será a alínea h), enquanto que o artigo 9.º n.º 4, na antepenúltima linha, onde se lê “números 1 e 2” dever-se-á ler “os números anteriores”. Feitas aquelas retificações, abriram-se as inscrições para o uso da palavra e a mesma foi concedida ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** valorizando a vantagem da dinâmica de se poder ir adaptando, melhorando e corrigindo e, se calhar, haverá um outro ponto onde se possa falar mais da política de habitação e da situação dramática em que, realmente, se vive quanto à habitação. Deixou apenas duas notas para dizer que tinha um amigo que dizia que só há uma coisa no mundo capaz de resolver o problema da fome e que era a comida. Da mesma forma, também só uma coisa no mundo capaz de resolver o problema da habitação, são as casas. E, evidentemente que enquanto do nível nacional ao nível local, não se perceber que sem oferta, a procura dispara o preço, as coisas não se resolvem e era muito bonito ter políticas urbanísticas restritivas, assumindo valores que, por si, em abstrato, são relevantes mas que, depois em concreto, se traduzem na impossibilidade de construir ou no disparar dos custos da construção, porque quando os terrenos passíveis de edificação são menos, também sobem logo o preço, quando das entidades que têm essa responsabilidade e, infelizmente, esse não era um problema de Lagoa, infelizmente para o país, era um problema do país, os timings que estão na lei, umas vezes por impossibilidade, outras vezes por achar que eles são meramente indicativos, não são respeitados, e sabe-se o tempo que os promotores têm que ficar à espera para ter um projeto aprovado e, às vezes, a culpa não era do município, mas sim porque tem que ouvir entidades X, Y, Z que também tem como filosofia achar que não fazer nada é melhor e, portanto, tudo o que poder criar problemas e portanto resolver um problema demora quatro ou cinco vezes, como a senhora Vice-Presidente sabe, que tem o pelouro e sabe que ele próprio sabia, porque já tiveram muitas reuniões profissionalmente e tropeçam nessas situações muitas vezes. Num outro dia ia a entrar em Lagoa, vindo do lado da Fatacil, portanto do lado de Porches, e à frente têm a rua Francisco Sá Carneiro e, do lado direito, os sete blocos da Lagoa Lar, e do lado esquerdo os dois blocos da Lagoa Residence, e estão ali acomodadas 200 famílias. Depois daquela rua ter sido feita, questionou o que se fez de construção habitacional em Lagoa. Era evidente que se não há oferta o preço dispara, dispara o preço da compra e dispara o preço do arrendamento, porque quem tem para arrendar tem três propostas, sobe o preço. A política de apoiar quem tem que ter é uma inevitabilidade, porque diz a Constituição da República que todos têm direito à habitação e a uma habitação condigna e, portanto, deve-se, efetivamente, apoiar quem precisa de apoio para poder ter uma habitação condigna. Mas o

próprio apoio, infelizmente, induz um efeito inflacionista porque quem arrenda, sabendo que quem vai arrendar pode ir buscar algum, é um pretexto para fazer subir mais e era uma espiral que se resolve introduzindo habitação no mercado. Assim, enquanto isso não for a consciência e andarem entretidos com fait divers é a mesma coisa que tratar alguém com cuidados paliativos, em vez de ir à procura de curar a doença e resolver o problema. Obviamente que apoiam os paliativos, mas incentivam o município a procurar e ser efetivo naquilo que pode ser o seu contributo para direta e indiretamente contribuir para poderem chegar a ser um exemplo que outros possam ver que, introduzindo a habitação, os preços baixam, as coisas funcionam. É a habitação em geral e são coisas que se perderam no tempo e depois perde-se e sente-se falta delas, porque quando o Estado criou as casas de função, não foi para fazer agradinhos, foi para resolver problemas, para poder atrair pessoas dizendo, se forem para lá garantem a estadia, podendo estar ali melhor do que se calhar estão nas suas terras e isso tem que ser pensado como soluções para juizes, funcionários públicos, professores, médicos, enfermeiros, para todas aquelas classes especializadas que precisam e que têm que atrair. Portanto, têm que ser criativos, o dinheiro que se gastar aí não é dinheiro que se gasta, mas dinheiro que se investe, sendo que o Grupo Municipal do PSD obviamente que apoia o apoio, mas incentiva à busca da solução.-----

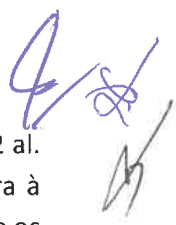
-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** disse concordar plenamente que se trata, sem dúvida, de uma das necessidades essenciais, o investimento na habitação e, não era por acaso, que falaram anteriormente no sentido do investimento a primeiro nível que tem a ver com a habitação social, falando-se de famílias muito carenciadas que não têm qualquer habitação digna e que necessitam de uma resposta no regime de renda apoiada, uma renda muito especial que é de acordo com os rendimentos, estando a falar de rendimentos muito pequenos. E a renda acessível tem sido outra aposta da parte do município onde, se na habitação social se fala de um investimento de 5 milhões de euros, já para não falar do plano das reabilitações a nível do parque habitacional do próprio município, com um investimento na ordem dos 10 milhões de euros, também contando com o que pensam adquirir para colocar como renda acessível, mas também o que já foi referenciado antes e que tem a ver com a habitação a custos controlados. Essa será o segundo nível estando a falar, precisamente, junto ao depósito de Porches, sendo um grande investimento que vai trazer cerca de 60 a 70 fogos, que está para ser trabalhada para custos controlados, falando-se de pelo menos 20% desses fogos serão para o município de Lagoa que estará para renda acessível ou também para a venda desses mesmos apartamentos e, como foi referenciado, tem sido um grande esforço por parte do município, através da Câmara Municipal, o incentivo a nível da construção que seja mais acessível. De tal maneira que o senhor Presidente da Câmara na última reunião falou do investimento existente em relação ao Vale da Pipa, sendo um investimento a nível de privados que vai colocar 304 apartamentos com valor mais acessível e como esses são outros tipos de investimentos que estão a ser feitos por parte do município com os promotores para que haja mais habitação. Era um esforço que tem que ser de todos e de todas para que, realmente, possam dar uma resposta eficaz e eficiente, para que ninguém mais fique para trás, nenhum lagoense fique para trás. -----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e iniciou o processo de votação, tendo a proposta sido aprovada com vinte e quatro (24) votos a favor, dezasseis (16) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU e uma (1) abstenção do Chega. De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º 3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Boa noite a todos. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas a todos nesta sessão extraordinária, saudou os presentes, nomeadamente a senhora Vice-Presidente da Câmara, em representação do senhor Presidente que justificou a sua ausência, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, as senhoras e senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão e cidadãos que assistem à transmissão em direto desta sessão, através do YouTube e do Facebook do município, bem como da plataforma da Lagoa TV. Saudou e agradeceu aos técnicos e demais colaboradores do município que nos assistem tecnicamente e que nos dão apoio nesta sessão, assegurando as necessárias condições técnicas operacionais e de funcionamento, bem como à realização da transmissão em direto desta sessão. Foram reforçados todos os procedimentos que todos devem garantir de forma a contribuir para que esta sessão decorra nas condições ideais à transmissão e gravação em suporte áudio e vídeo. Foi, assim, declarada aberta a sessão extraordinária de 01/03/2023. Período de Intervenção dos Cidadãos - O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, dentro do Regimento da Assembleia e dentro dos prazos previstos e pelos meios disponibilizados, não se verificou nenhuma intenção de intervenção. Ponto Segundo do Período da Ordem do Dia - Substituição dos Deputados Municipais - O senhor Presidente da Assembleia informou e especificou que foram solicitados quatro pedidos de substituição, dois por parte do Grupo Municipal do PS, um por parte do Grupo Municipal do Chega e um por parte do Grupo Municipal da CDU, bem como se verifica a substituição do Vereador Francisco Martins, do Movimento Lagoa Primeiro pela senhora Vereadora Rita Ruivinho. Aprovação de atas de sessões anteriores. Foram propostas a análise e votação a ata n.º 10/2022 da sexta sessão ordinária de 27/07/2022 e a ata n.º 14/2022 da sessão ordinária de 14/12/2022. O senhor Presidente da Assembleia abriu o período de análise e reparos e verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal da CDU, do Deputado Municipal Casimiro Caetano, que alertou para a retificação da ata n.º 14/2022, na página 41, especificando que a apresentação da moção foi efetuada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, pelo Deputado Municipal Jorge Ramos e não pelo Deputado Municipal João Cabrita, do Grupo Municipal da CDU. Face à ausência de mais intervenções, foi aberto o período de votação, sendo as duas atas n.º 10/2022 e n.º 14/2022 sido aprovadas por unanimidade. Como ponto prévio, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu, relativamente ao aditamento de 23 de fevereiro, à Ordem de Trabalhos do Ponto Sexto, especificando com pormenor a sua redação. Primeiro




Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação das Declarações previstas no artº 15º, nºs 1 e 2 al. c) da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro. O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para esclarecimentos, que manifestou a sua intenção de os efetuar relativamente aos pontos 1 e 2. Tendo sido aberto o período de análise e debate e face à ausência de intervenções passou-se ao Ponto Dois - Apreciação e demonstração do desempenho orçamental no período de 31/12/2022. O senhor Presidente da Assembleia abriu o período de análise e debate e, face à ausência de intervenções, entrou-se no Terceiro Ponto - Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara da primeira revisão do orçamento e grandes opções do plano para o ano de 2023. O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Vice-Presidente para a apresentação da proposta, tendo em seguida aberto o período de análise e debate e verificaram-se seis intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos, duas por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, duas por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Carlos Ramos e uma por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intenções de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente para respostas e esclarecimentos, tendo o Ponto Terceiro sido colocado à votação e aprovado por maioria com 19 votos a favor, 16 do PS, três do Movimento Lagoa Primeiro e seis votos em abstenção, um do Chega, um da CDU, um do Bloco de Esquerda e três do PSD. O Grupo Municipal do PSD manifestou que dá por reproduzida a declaração de voto que foi apresentada pelo senhor Vereador do PSD, em sede da Câmara Municipal, tendo sido apresentadas duas declarações de voto, uma por parte do Grupo Municipal do PS e uma por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro. Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara da primeira alteração do mapa de pessoal e plano de recrutamento para o ano de 2023. O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para apresentação da proposta. Aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, o Quarto Ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por maioria com 20 votos a favor, 16 do PS, três do Movimento Lagoa Primeiro e um do Bloco de Esquerda, e cinco votos em abstenção, três 3 do PSD, um do Chega e um da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e deliberação das normas de utilização da casa Mortuária de Ferragudo. O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para apresentação da proposta, tendo em seguida aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, o Quinto Ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. Sexto Ponto – Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara do projeto de alteração regulamento do programa municipal de apoio ao arrendamento a famílias carenciadas. O senhor Presidente da Assembleia enquadró e esclareceu o Ponto que foi aditado à Ordem de Trabalhos e concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para apresentação e defesa da proposta. Tendo o Presidente da Assembleia esclarecido as retificações suscitadas, nomeadamente no art. 6.º n.º 2, por erro material, e no art. 9.º n.º 4 tendo em seguida aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, o Sexto Ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por maioria com 24 votos

a favor, 16 do PS, três do Movimento Lagoa Primeiro, três do PSD, um do Bloco de Esquerda e um da CDU, e uma abstenção do Grupo Municipal do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada.» -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade a ata em minuta. Foi, assim, declarada encerrada a sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 1 de março de 2023. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



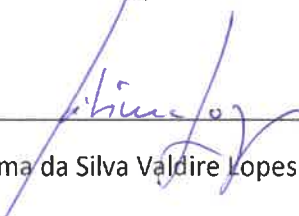
José Manuel Correia Águas da Cruz

1.º Secretário,



Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

2.ª Secretária,



Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes